

## **Créditos de carbono: um novo ativo**

Maria Fernanda Cavalieri de Lima Santin\*

O Protocolo de Quioto, ao entrar em vigor em fevereiro de 2005, estabeleceu que os países signatários deveriam reduzir, entre os anos de 2008 e 2012, suas emissões dos gases do efeito estufa (GEE) em 5,2% abaixo dos níveis observados em 1990. Com o objetivo de tornar esta meta factível, criou-se o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que consiste na substituição de métodos produtivos poluentes por outros capazes de reduzir ou mitigar a emissão dos GEE. Para cada tonelada de GEE deixada de ser emitida ou retirada da atmosfera, gera-se um certificado de “crédito de carbono”, comercializado como título ativo entre empresas e países. Espera-se que a demanda alcance 3,5 bilhões de créditos entre 2008 e 2012. Atualmente, o preço por tonelada, negociada na Bolsa de Chicago é de U\$ 1,70, porém países europeus já pagam U\$ 6,00, quando os créditos são obtidos de acordo com a rígida metodologia aprovada pelas Nações Unidas.

Devido ao potencial deste mercado, grandes investimentos estão sendo feitos em MDL, impulsionados pelo fato de que a obtenção de créditos de carbono pode ocorrer de forma paralela à atividade principal. Projetos que por si só já constituem uma atividade econômica viável ainda podem obter certificados de redução de emissão, elevando ainda mais a rentabilidade esperada. Desta forma, a implementação de MDL propicia a conciliação entre o interesse econômico e a preservação ambiental, há muito relegada a um segundo plano, na busca pelo desenvolvimento a qualquer custo.

No Brasil, as grandes áreas de destaque para o MDL são o reflorestamento e todos os sistemas de geração de energia renovável. Para a implantação de um projeto deve-se percorrer seis etapas antes da emissão dos certificados. A primeira consiste em um estudo de viabilidade econômica. Se viável, segue para a validação junto a uma entidade operacional designada pela ONU, que deverá aprovar o projeto. Após a aprovação, o projeto é registrado junto à ONU. A partir de então, dá-se início ao monitoramento, seguido da certificação e da emissão dos certificados de créditos de carbono, que poderão ser comercializados a partir de julho deste ano, na BM&F. Neste momento, o País estará dando uma contribuição importante para a sustentabilidade ambiental do Planeta.

---

\* Economista  
fernanda.santin@terra.com.br